

# O Enciclopedismo de Ribeiro Sanches: Pedagogia e Medicina na Confeção do Estado

*Carlota Boto\**

## Resumo

Este artigo discorre sobre alguns aspectos do Iluminismo português, centrando-se na atuação de Ribeiro Sanches, considerado como um dos suportes teóricos das Reformas Pombalinas. Nascido na região da Beira no ano de 1699, Ribeiro Sanches é considerado pelos contemporâneos como um estrangeirado, por ter vivido a maior parte de sua vida fora de Portugal. Ribeiro Sanches constata e denuncia a decadência de Portugal, alegando que a metrópole não soubera dar continuidade à aventura das expansões, e que, excessivamente preocupado com a manutenção de suas colônias, o país não cuidara devidamente das suas terras. Segundo ele, Portugal corria até mesmo o risco de perder suas colônias se não se fortalecesse. Ribeiro Sanches propugnava então a intensificação da ação do Estado, particularmente em dois domínios: educação e medicina. O estudo de Ribeiro Sanches elucida a compreensão da posterior ação pombalina, tanto no domínio da educação quanto no que concerne à sua dimensão política.

**Palavras-chave:** Iluminismo; Pedagogia; Medicina.

## Abstract

This article is related about some aspects of the Portuguese Enlightenment, focusing on Ribeiro Sanches actuation. Born in Beira region in 1699, Ribeiro Sanches is considered by the contemporaries as a foreign, once he has lived the major part of his life out of Portugal. Ribeiro Sanches notes and accuses the decadence of Portugal, claiming that the metropolis was not able to continue the adventure of the expansions and, excessively worried with the maintenance of its colonies, the country has not taken care of its lands. According to him, Portugal was in the risk to loose its colonies if it was not strengthened. The school control as well as the medical practices control should, according to him, pertain to the State; and, in order to attain this, some reforms must be performed. Thence the relevance provided to the medical and pedagogical practices, as the most important action to improve the decadent country.

**Key Words:** Enlightenment; Pedagogy; Medicine.

---

\* A autora é professora de História da Educação na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Araraquara e doutora em História Social pela FFLCH-USP. Este texto é uma versão atualizada do trabalho originalmente apresentado nas **V Jornadas de Estudos: Medicina na Beira Interior**, da Escola Superior de Educação de Castelo Branco, em Portugal, entre 12 e 13 de Novembro de 1993. (bototata@fclar.unesp.br)

*Todos sabem que a mais sólida base de um poderoso Estado consiste na multidão dos súditos e no seu aumento, e que desta origem resultam as suas forças, poder, grandeza e majestade (...) Mas como poderá aumentar-se sem leis e regramentos a Conservação da Saúde dos Povos, e curar as enfermidades a que estão expostos? (Antonio Nunes Ribeiro Sanches; "Para Estabelecerse hum Tribunal e Collegio de Medicina". In: **Obras**, vol. II, pp. 155-156)*

### **I. À época, o seu homem**

Expoente privilegiado do movimento iluminista português, teórico de tratados de Medicina e Educação, Ribeiro Sanches - considerado muitas vezes o suporte teórico das reformas pombalinas - surge em seus escritos primordialmente como estrategista político. A partir dos pressupostos mais autorizados para a época que pretendia cimentar novas descobertas nos múltiplos domínios do conhecimento, o Iluminismo português verterá o território de sua intriga para o domínio do Estado. A nação portuguesa, cuja vocação transnacional teria sido suplantada por um progressivo período decadentista, não soubera consubstanciar as promessas do tempo das navegações. Isso significava, por outras palavras, que - na travessia - Portugal não teria sido capaz de espriar por seu império colonial a identidade com que galgara a aventura da expansão. Pela lógica do Iluminismo, era necessário que se recuperasse o Estado português mediante práticas efetivas que agissem no sentido de reerguer o universo material e mental do homem dos setecentos. Daí que a preocupação de Ribeiro Sanches enquanto teórico da educação fosse referenciada pela arquitetura de um estado-pedagogo. Por outro lado, os trabalhos sobre medicina acenam claramente para o vetor político da prática médica na conformação do reino. Fiel à Ilustração, que vê nas reformas sociais o pilar do engendramento da modernidade e do próprio estado-nação, Ribeiro Sanches morre em Paris em 1783, sem ter, no entanto, oportunidade de verificar a apropriação desse reformismo por parte dos revolucionários franceses.

## II. Ribeiro Sanches na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert

Natural de Penamacor, António Nunes Ribeiro Sanches nasce em 1699, praticamente na virada do século. Forma-se em Medicina pela Universidade de Salamanca, para onde se transferiu após os primeiros anos cursados em Coimbra. Ao concluir o curso e obter o diploma, não tarda em ausentar-se do país aos 27 anos, afastamento esse que muitos dos seus biógrafos atribuem ao receio de perseguições e de dificuldades profissionais pelo fato de ser um cristão-novo, o que à época o impediria de pleitear emprego público. Por outro lado, há quem acredite que a viva curiosidade intelectual, aliada ao anseio pelo contato com as novas conquistas no âmbito da ciência moderna, teriam sido fatores relevantes na sua opção pelo estrangeiro. Tendo permanecido na Rússia entre 1731 e 1747, ali obteve experiências na direção do mesmo hospital onde realizou grande parte das suas investigações científicas. Foi também médico da Escola Militar de São Petersburgo, o que - segundo consta - teria proporcionado parte das reflexões acerca da prática da escolarização. Finalmente tornar-se-ia médico particular da própria czarina Ana Ivanovna na Corte.

Em 1747, transferindo-se para Paris, Ribeiro Sanches presencia o tempo de maior efervescência do movimento iluminista, tornando-se desde logo amigo dos principais organizadores da **Encyclopédie ou Dictionnaire Raisoné des Sciences, des Arts et des Métiers** - Diderot e D'Alembert - contato esse que o levaria a situar-se entre os 250 colaboradores daquele que historicamente é tido como um dos mais expressivos projetos editoriais já implementados. Redator do verbete "Maladie vénérienne chronique", Ribeiro Sanches pode ser considerado como fiel tributário das acepções pedagógicas expressas pelo verbete "College" de D'Alembert. Podendo ser caracterizado como um emblemático intelectual do seu tempo, Ribeiro Sanches revela-se um ativo militante no sentido de tentar enxergar as perplexidades da época e buscar em variados domínios responder a questões que se lhe colocavam à sua contemporaneidade. Sabendo olhar de fora o interior mais recôndito da sua nação, talvez tenha sido exatamente a condição de estrangeirado que lhe possibilitou tanta precisão no diagnóstico com que profetizou os germes propulsores dos males do reino. Os trabalhos que legou à posteridade revelam ainda a atualidade de muitas das indagações com que o intelectual desconfiava do percurso adotado para delinear os contornos do ser portugueses.

### III. Advertências para regenerar a nação decadente

Já à partida, havia que se retirar do domínio jesuítico o monopólio do ensino, que corresponderia ao exclusivo religioso no tocante à formação das almas. No parecer de Ribeiro Sanches, antes pelo contrário, era imperativa a secularização do ensino para preparar as novas gerações para o cumprimento de suas obrigações civis; o que, em última instância, corresponderia ao desejo de preparar bons e disciplinados súditos para o fortalecimento do reino. Ora, sendo que os jesuítas eram nitidamente um estado à margem do Estado, cercear seu poder significava abertamente a possibilidade de destruir estruturas obsoletas consideradas pelo autor como óbices para superação da decadência. Destruir as prerrogativas da nobreza e do clero seriam, desde logo, os primeiros esforços com o fito de regenerar a nação, até mesmo mediante a derrocada de certos quadros mentais pontuados pela premência da hierarquia e do princípio da autoridade, que se mostravam fincados nas estruturas de pensamento e ação cotidianos no homem comum português<sup>1</sup>.

Pensar a transformação do reino em direção à sua perfectibilidade supunha pelo olhar iluminista a mutação de determinadas estruturas da sociedade, o que possibilitaria a reconstrução do pacto social e uma conseqüente mudança na acepção da sociedade civil. Para tanto, urgia abolir a escravatura negra, mapear a estratégia de distribuição demográfica das populações metropolitana e coloniais com o objetivo de fortalecer uma política econômica cujo eixo seria a plataforma propugnada para a educação da mocidade.

Manter a força do reinado português e conseqüentemente perpetuar a vocação de grandeza do seu povo era tarefa que dependia da capacidade de conservação do império colonial. Ora, Ribeiro Sanches prognosticava a possibilidade de Portugal vir a perder suas colônias, nomeadamente o Brasil, mediante a indefensável orientação com que eram norteadas as relações mercantis num modelo de colonização fundado expressamente sobre a extração da riqueza colonial, na ausência de cultivo e produção que viessem a equilibrar a balança comercial. Ribeiro Sanches refere-se à existência de uma "guerra mental" entre Portugal e Inglaterra e à probabilidade de vitória desta segunda potência. Recorde-se que no antigo sistema colonial que presidia a economia mundial nesse período, o Brasil tinha seu ouro extraído pelas mãos de Portugal que imediatamente tratava

<sup>1</sup> "(...) perde-se toda a ideia da igualdade, da justiça e do bem comum. Deste modo, cada português quer ser senhor do seu estado: repreende ao rapaz que vai cantando pela rua, porque lhe não agrada; e julga que tem autoridade para fazê-lo emudecer. Está em companhia: observa alguma ação que lhe não agrada? Com a mesma fantástica autoridade o repreende e o maltrata, porque se imagina senhor e porque o fidalgo faz o mesmo e o eclesiástico ainda muito mais, nas sanções que não são da sua competência." (Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade* p. 99-100)

de transferir essa riqueza para quitar sua dívidas para com a Inglaterra, de quem - ainda para mais - importava cereais. Ora, para a perspectiva desse iluminista, cujo suporte teórico deveria passar pela doutrina dos fisiocratas, tornava-se urgente - a bem do Estado português - garantir mecanismos de fortalecimento de atividades produtivas capazes de aproveitar, para bem do desenvolvimento da nação, o potencial agrícola que permanecia desajustado e imóvel. No mais fiel espírito enciclopedista, ao soberano caberia desenvolver política de distribuição dos súditos e de produção da riqueza na constelação do reino desejado. Para tanto, ao Estado delegar-se-iam os esforços de centralização de práticas políticas públicas, na direção das duas prioridades voltadas para regenerar a pátria em perigo: educação e medicina.

#### **IV. O código político da educação: o Estado-pedagogo**

O controle estatal sobre a prática escolar reportava-se a três objetivos fundantes: configuração de súditos preparados e disciplinados em função das novas necessidades do reino; criação de um universo de poder simbólico sob controle centralizado pelos poderes da monarquia; preparação de uma estratégia direcionada para altear Portugal em direção da modernidade, mediante a superação de estruturas de pensar e sentir em completo desacordo com o que se pensava ser a infalibilidade dos progressos da razão. Ora, dado que a nova educação deveria esculpir um novo esboço de homem, que, ainda cristão, deveria corresponder, enquanto sujeito civil, às reais necessidades do Estado, Ribeiro Sanches propugnará uma estrutura curricular cimentada pelo estudo da agricultura e do comércio, com o intuito de proceder ao fortalecimento das capacidades técnicas e produtivas do reino. A fabricação ideológica do consenso social viria aqui acoplada ao ofício de engendramento da riqueza material capaz de permitir a Portugal a permanência da conquista<sup>2</sup>. Por outro lado, dever-se-ia ensinar à juventude resignação e obediência perante o cumprimento das leis. A vida civil deveria ser apreendida como se de um catecismo se tratasse. Por obras, por exemplos e ações, sugere-se mesmo a utilização de livros padronizados nas escolas, com o objetivo de introduzir preceitos de

---

<sup>2</sup> "Agricultura e comércio são as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado; mas esta vida de lavradores, de oficiais, de mercadores, de marinheiros e soldados não se conserva com privilégios dos fidalgos, com imunidades e jurisdição civil dos eclesiásticos, com escravidão e com a intolerância civil. Não se conserva com a educação de saber ler e escrever, as quatro regras de aritmética, latim e a língua pátria, e por toda a ciência o catecismo da doutrina cristã. Não se conserva com o ócio, dissolução, montar a cavalo, jogar a espada preta e ir à caça. É necessária já outra educação, porque já o Estado tem maior necessidade de súditos instruídos em outros conhecimentos: já não necessita em todos eles aquele ânimo altivo, guerreiro, aspirando sempre a ser nobre e distinguido, até chegar a ser cavaleiro ou eclesiástico". (Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade*, p. 116)

civilidade, de vida civil desde as mais tenras idades. A esse respeito, argumenta Ribeiro Sanches: *"Se o mestre destas escolas explicasse com exemplos este compêndio, que proponho, da vida civil; se o fizesse observar por ações, e habituar aquela infância a obrá-las e a fazê-las, e ao mesmo lhe inculcasse e lhe fizesse aplicar este princípio em todas as suas ações: que o homem nascido entre os homens deveria obrar e fazer tudo conforme as leis estabelecidas entre eles; que a ninguém era lícito viver conforme a sua vontade, conforme o seu prazer e fantasia... No mesmo compêndio queria eu que estivessem escritas as obrigações com que nascemos: como devemos amar a Deus; como somos obrigados a honrar nossos pais e a quem tem o seu lugar; que temos a mesma obrigação de respeitar os mais velhos; que devemos ser amigos fiéis; cuidar em tudo do seu bem, que é o nosso; e como el-rei é a cabeça dela, que a este (como a nosso primeiro pai na terra) devemos respeitar e honrar"*<sup>3</sup>.

Em face a essa perspectiva quase hobbesiana de corpo social, há aqui uma nítida clivagem entre a soberania delegada ao governante e o lugar desse monarca na função exclusiva de garantia do bem-estar dos súditos e prosperidade do reino. Sendo que o esforço pedagógico situava-se no âmbito de uma estratégia norteada para suprir as necessidades públicas do reino, não se trataria - em princípio - de nada que se pudesse qualificar como democratização do ensino, entendida esta expressão como a equalização das oportunidades de acesso ao conhecimento. Antes pelo contrário: Ribeiro Sanches defendia a supressão das escolas das aldeias, considerando que haveria critérios diferenciados para pensar a educação, em consonância com os múltiplos ofícios sócio-profissionais a serem desempenhados pelas várias camadas da sociedade civil. Assim, se o Estado a ser modernizado tinha, sim, necessidade de letrados, juristas, médicos, havia também de se preparar secretários, intendentes, assessores de vários escalões administrativos. Finalmente haveria uma parcela da população, cujo rude trabalho na lavoura não exigiria mais do que o esforço braçal. Para esse "povo", Ribeiro Sanches segue a trilha de Voltaire e preconiza apenas a modesta transmissão do ofício entre pais e filhos. Até porque: *"Que filhos de jornaleiro, de pescador, de tambor, e outros ofícios vis e mui penosos, sem os quais não pode subsistir a república, quererão ficar no ofício de seus pais, se souberem ganhar a vida em outro mais honrado e menos trabalhoso?"*<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade*, p. 134-135.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 127. Além disso, acrescenta o autor: "O povo imita a ação dos seus maiores. A gente das vilas imita o trato das cidades à roda; as cidades o trato da capital; e a capital o da corte. Deste modo, que a mocidade plebeia tenha ou não tenha mestre, os costumes que tiver serão sempre a imitação dos que virem dos seus maiores, e não do ensino que tiveram nas escolas" (Ribeiro Sanches, *op. cit.*, p. 131)

Por considerar que o fortalecimento da monarquia seria correspondente da eficaz distribuição dos súditos na edificação do estado nacional, Ribeiro Sanches estruturaria modelos curriculares e planos pedagógicos para o traçado da educação da fidalguia e camadas sociais privilegiadas, consoante os interesses de preservação e desenvolvimento do estado. A esse respeito, o autor não transigia com os princípios de controle estatal sobre quaisquer iniciativas sistematizadas dirigidas para a educação da mocidade: *"É da obrigação do Soberano cuidar da Educação da mocidade, destinada a servir a pátria em casos de paz e guerra; destinada a servir os cargos da religião, tanto para o bem dos povos como para a felicidade do mesmo Soberano. Daqui vem que ninguém deve ensinar legitimamente em escola pública sem autoridade Real; daqui se segue que um Secretário de Estado deveria presidir a todas as escolas tanto de ler e escrever (fundamentalmente só nas Vilas do Reino e proibidas nos lugares e Aldeias do Reino) como as escolas das línguas, Aritmética, Geografia, Geometria, Colégios Seculares ou Eclesiásticos Seculares e Universidades"*<sup>5</sup>.

## **V. Para tratar de conservar a saúde dos povos, anotações sobre a prática médica**

Na mesma trilha, segue o autor quando discorre acerca das questões atinentes à Medicina, território este que deveria estar também sob a jurisdição do Estado. Nos escritos de Ribeiro Sanches, o tema da esfera médica vem sempre a reboque da sua preocupação matricial, e que ele chamará de conservação da saúde dos povos. Ora, o manifesto intuito de previsão, controle e provimento dessa saúde coletiva passaria pela acepção orgânica da sociedade civil: estruturada como um organismo, sua dinâmica vital estaria na dependência da capacidade de preservar-se e fortalecer-se em termos demográficos. Se o Estado se organiza pela força da conquista e expansão, o estado mantém-se mediante dois fatores: povoação do território ocupado e adesão dos súditos ao soberano. No primeiro caso, tratar-se-ia de proceder a uma certa depuração do corpo social de todos os elementos considerados impuros, mediante atuação centralizada e estatal sobre a prática médica. No segundo, como vimos, compreender-se-ia a percepção política da iniciativa pedagógica.

Ao considerar que a sociedade civil e o aumento do Estado seriam consentâneos, Ribeiro Sanches propõe efetivamente uma estratégia de medicina política capaz de possibilitar ao governo a obtenção de

---

<sup>5</sup> Ribeiro Sanches, "Sobre o Núncio em Portugal", In: *Dificuldades que tem um Reino Velho para Emendar-se e Outros Textos*, p. 107.

informações necessárias em múltiplos domínios para proceder a táticas eficazes de preservação do espaço. Para tanto, havia que se organizar um tribunal de Medicina (sob controle estatal) para onde deveriam ser remetidos periodicamente dados a respeito da situação das águas dos rios, doenças endêmicas ou epidêmicas, índices de natalidade e mortalidade, controle da profissionalização da prática dos médicos, cirurgiões, parteiras e boticários. Além do intuito manifesto do controle e vigilância do ofício médico, acena-se para a possibilidade governamental de planejamento no âmbito familiar, social e fundamentalmente no tocante à distribuição dos súditos na ocupação do território nacional. Tal intervenção do estado estaria ainda comprometida com a atividade de investigação e constante aperfeiçoamento teórico no âmbito da cura e da cirurgia<sup>6</sup>.

O controle pedagógico e tutelar por parte do Estado seria, no parecer de Ribeiro Sanches, expressamente dirigido com o intuito de cercar práticas de medicina popular correntes e tradicionais entre as populações camponesas. De tal maneira que: "(...) *nenhum cirurgião, sangrador, oculista, boticário, droguista e parteira pudessem exercitar o seu ofício sem serem examinados e aprovados pelo mesmo Tribunal (...) E que no caso que se achassem pessoas que vendessem segredos de Medicina, que curassem com operações as enfermidades dos olhos ou outras quaisquer pertencentes à Medicina e à Cirurgia, ainda que vivessem debaixo da proteção e asilo de Comunidade alguma Secular ou Eclesiástica, que devam ser perscrutados (...)*"<sup>7</sup>. Tal propósito de interditar qualquer exercício da prática médica que fugisse da jurisdição governamental revelava o mesmo intuito já explicitado no caso da instrução: a presença do Estado, o filtro da clivagem governamental como imperativo para autorização da profissão. O Estado moderno, tal como este deveria ser organizado aos olhos do reformismo iluminista, surgia assim como candidato ao monopólio do poder simbólico: por um lado, sobre o conhecimento (vedando, inclusive, a autonomia da Universidade, cujo poder far-se-ia concorrente da alçada governamental), e por outro sobre a vida e a morte. Ribeiro Sanches, sob esse enfoque, é categórico em declarar que não seria lícito ao médico deter só consigo o segredo da vida. Contrário ao sigilo profissional característico da medicina, o autor defende que o médico teria, por dever de ofício, de prestar contas ao Estado acerca dos mistérios que encobrem a arte de salvar a vida humana. No mesmo acorde com que denunciou a ilegitimidade da atuação

<sup>6</sup> "Por estas relações o Tribunal Médico ficaria informado exatadamente da capacidade de cada Médico no seu serviço: e ao mesmo tempo poderia ordenar as disposições necessárias, ou para prover as enfermidades, ou para remediá-las, dando parte ao Ministério Público para que ordenasse o que lhe ensinaria de salutar para ser executado por ordem dos Magistrados e dos Generais. E dando instruções aos Médicos empregados para curar com maior acerto." (Ribeiro Sanches, **Obras - vol II**, p. 31).

<sup>7</sup> Ribeiro Sanches, **Obras - vol II**, p. 33.



pedagógica da igreja no âmbito da formação das almas, Ribeiro Sanches desafia a corporação médica e religiosa quando sugere procedimentos específicos direcionados para a dessacralização dos mistérios do corpo. Se o segredo médico não poderia, dali por diante, pertencer senão ao Estado, se, da individualização do ofício, a prática médica pudesse vir a ser aperfeiçoada mediante a intervenção de um tribunal que centralizasse os dados e fizesse por progredir os conhecimentos, havia que se proceder, ainda, ao exame dos abortos criminosos e à abertura dos "*cadáveres de morte violenta por feridas, contusões ou veneno*"<sup>8</sup>. Isso prefigurava já a organização de laboratórios anatômicos, tal como, posteriormente, a reforma pombalina faria por concebê-los<sup>9</sup>.

Por fim, exortando Portugal a modificar a sua política colonial, sob pena de perder a sua identidade, Ribeiro Sanches recorda que a glória das descobertas não garantiria por si a perpetuação da saúde daquele império de conquista. A nação exigia - pela voz daquele intelectual estrangeirado - uma política articulada com o fito de conservar tanto os povos coloniais quanto o domínio garantido à população metropolitana. Falar em Medicina é, pois, para Ribeiro Sanches, atentar para a política. Sua aparentemente óbvia afirmação de que "*quem erra na medicina mata*" significaria, pela entrelinha, que o erro na medicina política poderia ser fatal para destruição do reino. Assim como suas reflexões sobre educação supõem sempre o ensino coletivo, o pensamento de Ribeiro Sanches acerca das questões médicas são concernentes à plena convicção do âmbito social para o qual deveria convergir o compromisso do Estado. E, na confluência entre educação e saúde pública, Ribeiro Sanches mostrar-se-á pioneiro quanto à sugestão das premissas da ciência moderna - alicerçada fundamentalmente sobre parâmetros hipotético-dedutivos e sobre práticas indutivas de observação e experimentação - como pilares a serem fincados na reorientação dos estudos médicos. Portugal, que traria consigo a memória das navegações, estaria naquela altura posto à prova da história para a árdua

<sup>8</sup> *Id. Ibid.*, p. 32.

<sup>9</sup> "É coisa notável que nenhuma república consinta que oficial algum exercite a sua arte sem havê-la aprendido, e que seja lícito aos Médicos exercitar a sua arte sem haverem aprendido a curar doenças! Seis ou sete anos gastam nas universidades orando, e argumentando, (...) e no fim (...) ficam autorizados a tratar toda a sorte de enfermidades, sem haverem dado provas evidentes que sabem curar um enfermo. Hipócrates comparou a arte médica à arte de navegar: e quem seria tão negligente da sua vida que se entregasse à disposição de um piloto que jamais tivesse navegado, ainda que fosse o maior astrônomo conhecido!?! Seria logo na verdade mais decoroso para os médicos e mui útil para os povos; que a Medicina, como também a cirurgia, se aprendesse à imitação da arte náutica: nesta a teoria se aprende ao mesmo tempo que se adere à prática. Tanto necessita o piloto saber a cosmografia e a astronomia como o médico a anatomia, a fisiologia e a patologia: mas o piloto no mesmo tempo aprende a prática navegando; se o médico, desde o primeiro dia que entrasse nas aulas, começasse logo a visitar enfermos em um hospital e ali aprendesse a conhecer os seus males e a curá-los, enquanto aprendia a teoria da Medicina, é certo que por este método alcançaria maiores conhecimentos na sua arte do que aqueles que hoje se aprendem nas Universidades" (*Id. Ibid.*, p. 155).

tarefa de ancorar os territórios conquistados. Fazer isso era, de alguma forma, prestar um tributo ao imaginário da sua vocação.

Para o Brasil de hoje, e fundamentalmente para todos os que se interessam por História da Educação Brasileira, rever Ribeiro Sanches pode ser atitude metodológica aconselhável para uma nova compreensão de nossa matriz pombalina. Até porque, em terras brasileiras, a aceção de uma rede pública estatal surge pela primeira vez com Pombal; e a esse respeito, como em outros, o Marquês ouviu as **Cartas sobre a educação da mocidade...**

## VI. Fontes:

COMPENDIO histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771).

Lisboa: Por Ordem da Universidade, 1972.

SANCHES, Ribeiro. Dificuldades que tem um reino para emendar-se ( e outros textos); selecção, apresentação e notas de Vitor de Sá. Porto, Inova, Ltda, s/d.

SANCHES, A. N. Ribeiro. Obras. Volumes I e II. Coimbra, Por ordem da Universidade de Coimbra, 1966.

SANCHES, A. N. Ribeiro. Cartas sobre a Educação da Mocidade. Porto, Editorial Domingos Barreira, s/d.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Porto: Domingos Barreira, s/d.

## VII. Referência Bibliográfica

**A ENCICLOPÉDIA: textos escolhidos**. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

ALBUQUERQUE, Luís. **Notas para a história do ensino em Portugal**. Coimbra: Textos Vértice, 1960.

ANDRADE, António Alberto Banha de. **Verney e a cultura de seu tempo**. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1966.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. Modalidades de leitura das Luzes no tempo de Pombal. **Separata da Revista de História**. Volume X. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

BACZKO, B. **Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs**. Paris: Payot, 1984.

**COMO interpretar Pombal?** Lisboa: Edições Brotéria, 1983.

- CATROGA, F. J. A. **A militância laica e a descristianização da morte em Portugal**. 2 vol. Coimbra, 1988.
- FERNANDES, Rogério. **O pensamento pedagógico em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa/ Biblioteca Breve, 1978.
- FERREIRA, António Gomes. A criança em dois tratados setecentistas de puericultura. In: **Revista Portuguesa de Pedagogia**, 21, 1987.
- GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- GOMES, Joaquim Ferreira. **Dez estudos pedagógicos**. Coimbra: Almedina, 1977.
- GOMES, Joaquim Ferreira. **Estudos de História e de Pedagogia**. Coimbra: Almedina, 1984.
- GOMES, Joaquim Ferreira (org). **História da Educação em Portugal**. Lisboa: Horizonte, 1988.
- GOMES, Joaquim Ferreira. **O Marquês de Pombal e as reformas do ensino**. 2ª ed. Coimbra, INIC, 1989.
- HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. trad. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1985.
- NÓVOA, A. M. S. **Le temps des professeurs**. 2 vols. Lisboa, INIC, 1987.
- TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre. **A Revolução de 1820 e a Instrução Pública**. Porto: Paisagem, 1984.